

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 03 de maio de 2002

Ano 4 Nº 95

Seca: documento vai exigir cumprimento de promessas

Aumento do valor total da bolsa-estíagem, liberação de recursos do Orçamento Federal, ampliação e prorrogação do prazo de quitação do Pronaf

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Aprovação imediata e aumento do valor total da bolsa-estíagem; concretização do anúncio de mais recursos para a Defesa Civil, destinados a minimizar as conseqüências da seca; liberação de R\$ 6,8 milhões em recursos rubricados na peça orçamentária federal de 2001 e ampliação dos "bônus" do Programa de Agricultura Familiar (Pronaf), permitindo a redução do montante devido e a prorrogação do prazo de quitação. Estas são as quatro exigências que constam do documento tirado na audiência pública sobre a estiagem realizada na última segunda-feira (29) em São Miguel do Oeste.

No documento que a Comissão de Agricultura encaminhou aos governos federal e estadual, constam ainda ações de médio e longo prazos para reverter e prevenir o quadro de perdas dos produtores. A perda calculada nas safras de milho, feijão e soja na região chegam a uma média de 50%. Para os pequenos agricultores a situação é mais trágica, chegando à perda total. No total, 105 municípios da região Oeste (de Campos Novos a Dionísio Cerqueira) já decretaram estado de calamidade pública. Os prejuízos chegam a R\$ 157,6 milhões, atingindo 48 mil famílias.



Mesa dos trabalhos

O Fórum Parlamentar Catarinense vai pressionar para que o governo federal transforme a medida provisória em projeto de lei que institui a bolsa estiagem, ampliando o valor de R\$ 13 milhões para o Sul. A prorrogação do Pronaf Investimento já foi efetivada. Os parlamentares de SC, os representantes das organizações associativas de agricultores, executivos e legislativos municipais vão exigir o alongamento do Pronaf Custeio. Do governo estadual será reivindicado aumento do valor da bolsa-reflorestamento e a inclusão de um programa de construção de cisternas no Microbacias II.

A audiência lotou as dependências do Ginásio do Colégio Peperi, com a presença maciça dos vereadores da região, 15 prefeitos e representantes das associações de trabalhadores rurais. Da bancada federal estavam presentes os deputados Konder Reis (PFL), Luci Choinaki (PT), Gervásio Silva (PFL) e Hugo Biehl (PPB). Do Legislativo catarinense, o presidente da Comissão da Agricultura, Moacir Sopelsa (PMDB), Gelson Sorgato (PMDB), Herneus de Nadal (PMDB), Odacir Zonta (PPB), Milton Sander (PPB), Afonso Spaniol (PPB) e Ideli Salvatti (PT).

Vale do Araranguá

Solenidade
presta homenagem
às lideranças
políticas

Página 3

Comissão de
Turismo visita o
Parque da Serra do
Tabuleiro

Página 5

Lei Florestal
aguarda
regulamentação

Página 8

OPINIÃO

O mal do século

Hoje temos visto tantas pessoas, próximas de nós que estão sofrendo por causa de um estopim que muitos apelidaram do "mal do século". Este mal é o estresse, resultado de uma vida levada fora dos padrões mínimos necessários para o equilíbrio emocional de uma pessoa. Problemas de saúde, financeiros, muito trabalho, nenhum trabalho, levam ao estresse.

Muitos estudiosos têm dissertado sobre a origem do estresse e os inúmeros efeitos que pode causar nas pessoas. Geralmente, doenças que podem se tornar graves e ter resultados que nós não desejamos. Por isso, precisamos combater

o estresse atacando as causas e não somente os efeitos deste mal.

Sabemos que o estresse emocional ataca aqueles que não conseguem um emprego para obter recursos e sustentar sua família. Ataca aquele que não recebeu condições de educação e não sabe transmiti-la ao filho. Sem estas condições de adquirir conhecimentos, não sabem lutar por seus direitos. Ataca também aqueles que não receberam condições de saúde ou não angariaram forças para vencer a doença. O estresse de um pai, de uma mãe, transmite instabilidade ao filho e esse filho cresce e se torna um adulto inseguro, despreparado. Se não for feito algo para interromper este ciclo, ele vai se repetindo, de modo que gerações vão se sucedendo sem que haja elevação do nível de vida das pessoas.

Não se faz nada em pouco tempo, nem de forma isolada. Para o desem-

pregado, um emprego. Para a criança, o analfabeto, a escola. Para o jovem, a profissionalização. Para o povo, a saúde. Para o doente, o tratamento. Não há luta justa pelos nossos direitos se é necessário alguém nos informar sobre eles. Não se resolve a questão da saúde simplesmente cuidando da doença.

É preciso criar condições das indústrias, do comércio se manter, investir, ampliar, para que a geração de empregos aconteça em nível estruturado, que o número de empregos aumente por necessidade do mercado, dando segurança ao trabalhador como profissional. Oportunizar aos professores acesso à reciclagem, à nova tecnologia. Isto, aliado às condições físicas de sala de aula, material didático, merenda escolar, esporte, etc.. Isto sim é educação. Através da educação o cidadão passa a conhecer a essência de seus direitos, passa a ter argumentos para lutar por eles em nome próprio e de seus semelhantes.

É preciso proporcionar aos cidadãos condições de alimentação, moradia, lazer, educação, enfim, um nível de vida compatível com as condições de saúde. Isso tudo, caros amigos, são condições elementares que ajudam a evitar ou vencer o estresse, ajudam a determinar uma vida digna. Por isso, necessitamos ampliar nossas forças objetivando alcançar o nível de vida melhor para os nossos cidadãos. Confie em quem já tem a experiência e a consciência de que muito há de ser feito. Confie no poder de nossas forças juntas! Confie em nós!

Deputado João Macagnan (PFL)

joamacagnan@alesc.sc.gov.br

A cobrança pelo uso da água

A discussão sobre a cobrança pelo uso da água está fervendo no Vale do Itajaí. É o grande debate do momento. No dia 17 de abril realizamos uma audiência pública na Comissão de Saúde e Meio Ambiente para ouvir o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí e o Governo do Estado sobre a quantas andam os estudos e propostas sobre esta cobrança pelo uso da água. A conclusão é: a cobrança ainda vai demorar. Mas virá.

É necessário adequar a legislação estadual sobre a gestão de recursos hídricos, de 1994, com a legislação federal, de 1997. O Governo

do Estado deverá regulamentar esta legislação, base para a implantação da cobrança. Há um claro desentendimento no governo do estado entre a FATMA e a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente sobre a gestão dos recursos hídricos. Por parte do Comitê do Itajaí, os debates sobre a cobrança pelo uso da água ainda vão suscitar muitas reuniões com usuários, audiências públicas, antes da aprovação no Comitê e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Acredito que será necessária a aprovação de lei estadual na Alesc, como está fazendo o Estado de São Paulo, autorizando a cobrança. Por isso, dizemos que ainda vai demorar esta cobrança. Mas, virá.

Não só em Santa Catarina, mas em todo o Brasil. A Resolução Nº21, de 14 de março de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA, instituiu uma Câmara Técnica Permanente de Cobrança pelo Uso de Re-

ursos Hídricos para propor critérios gerais para o Brasil. Esta cobrança pode ser a fórmula para melhorar o nível de consciência de todos nós sobre a importância da água. A água é um bem de uso comum e finito, cada vez mais escasso e poluído. A utilização da água deve ter como prioridade maior o abastecimento humano.

Entretanto, os agricultores têm razão de protestar, pois não poderão ser penalizados com esta cobrança. Precisamos encontrar uma maneira de proteger os colonos, a agricultura familiar. Hoje, Santa Catarina é o segundo maior estado em êxodo rural no Brasil. Os agricultores foram expulsos da roça. Nunca foram valorizados. Mas, uma das grandes saídas para o País enfrentar seus desafios econômicos e sociais está na terra. Portanto, neste momento, precisamos tranquilizar os trabalhadores rurais, afirmando que nós estamos do seu lado para defendê-los, protegê-los, para não permitir que a cobrança pelo uso da água venha inviabilizá-los de vez e expulsá-los do campo. No estado, o Comitê mais avançado na sua organização e estudos sobre este assunto é o Comitê do Itajaí.

Há grandes usuários que deverão pagar pelo uso da água e ajudar a preservá-la para nós e para as gerações futuras. Vamos ter que encontrar critérios de justiça. Temos que encontrar mecanismos compensatórios, como é o compromisso do agricultor em cuidar das margens do rio ou afluentes em sua propriedade, recuperando e protegendo a faixa de 30 metros de mata ciliar, dispensando-o do pagamento de taxa pelo uso da água para irrigação de sua plantação.

Deputado Volnei Morastoni (PT)

volnei@alesc.sc.gov.br



Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
 1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Rubens Vargas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian

Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

ESPECIAL

AL sedia lançamento da Festa do Peão Laçador de Correia Pinto

(foto Carlos Kilian)

A música tradicionalista marcou o lançamento nessa segunda-feira (29), no Hall da Assembleia, da *IV Festa do Peão Laçador e do V Rodeio da Integração*, de 8 a 12 de maio em Correia Pinto. Na oportunidade, o município da região serrana estará comemorando 20 anos de emancipação política. A cidade é conhecida pelo número expressivo de peões laçadores, muitos deles detentores de títulos nacionais e internacionais, como o Braço de Ouro e o Campeão dos Campeões. Além das autoridades locais e estaduais, prestigiaram a solenidade os deputados Sandro Tarzan, presidente em exercício da Casa, Ivan Ranzolin e Reno Caramori, todos do PPB.

Na presença da rainha e das duas princesas da festa e dos patrões de CTGs, o prefeito Cláudio Ziliotto (PDT), pilchado, lembrou que seus municípios conquistaram proezas como o recorde mundial de laçada e o campeonato internacional de



Sandro Tarzan discursa na cerimônia

gaita. Vereadores, o ex-deputado Francisco Küster e o deputado federal Fernando Coruja (PDT) convidaram o público presente para conhecer os festejos, cultivando a tradição que tanto orgulha o povo correiapintense. Ranzolin destacou o alto índice de desenvolvimento social da ci-

dade e enumerou três grandes momentos de sua história: a emancipação política, a emancipação jurídica ao se tornar sede de comarca e a tão sonhada independência econômica, ainda a ser conquistada com a construção do aeroporto regional, em processo de licitação.

Ao anunciar o comparecimento à festa, Tarzan exaltou a divulgação da tradição gaúcha em Santa Catarina, colocando-se como um

representante do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) na Assembleia. "Nossos projetos na Casa beneficiam os CTGs no Estado. Pois, através do esforço do governador Amin, conseguimos aprovar o repasse de subvenções sociais a estas entidades".

Sessão solene homenageia lideranças em Araranguá

A sessão solene, alusiva aos 122 anos de Araranguá, foi realizada nessa quinta-feira (02), às 19 horas, no Clube Grêmio Fronteira, para homenagear as lideranças políticas do Vale do Araranguá. Na lista dos agraciados estão os 15 prefeitos da microrregião da Amesc e mais de 30 líderes políticos que fazem parte da história do Vale.

Presentes ao eventos o presidente em exercício da Casa, deputado Sandro Tarzan (PPB), o ex-presidente Lecian Slovinski e os parlamentares Manoel Mota (PMDB), Julio Garcia (PFL), Jorginho Melo (PSDB), Valmir Comin (PPB), Clésio Salvaro (PFL), e os federais Hugo Biehl (PPB) e Leodegar Tiscoski (PPB).

O deputado Mota, requerente da solenidade, aproveitou a oportunidade para solicitar obras fundamentais para a região. Pavimentação de rodovias; ampliação dos molhes da barra do rio Mampituba, em Passo de Torres; rodovia Interpraias; fixação da barra do rio Araranguá; asfaltamento da rodovia que



Panorâmica da cidade de Araranguá

liga Praia Grande à Serra do Faxinal, no Rio Grande do Sul, e a construção de uma ponte sobre o rio Araranguá e a sua intersecção com a BR-101, pelo lado norte da cidade.

"Além da lembrança dos homens públicos que engrandecem nossa região,

é necessário que estas solicitações, prioritárias para a população da Amesc, sejam feitas e atendidas o mais rápido possível. Como representante do extremo sul do Estado tenho a obrigação de buscar melhorias para a minha região", falou Mota.

COMISSÕES

Relatório do TCU aponta superfaturamento na BR-282

Nessa segunda-feira (29) o deputado Afrânio Boppré (PT) apresentou relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que aponta irregularidades nas obras da BR-282, trecho São José do Cerrito/Vargem, com 53,98 km de extensão.

Segundo ele, em dezembro de 98 a empresa catarinense Reis Engenharia venceu a licitação para a pavimentação do trecho, mas acabou desistindo da obra por não receber os recursos previstos, na ordem de R\$ 19,6 milhões. Outra empresa, a ARG, de Minas Gerais, acabou assumindo os trabalhos, e além de executar apenas os serviços de terraplenagem, gastou R\$ 29 milhões nesse serviço – valor superior ao total da obra de pavimentação.



afranio@alesc.sc.gov.br

O relatório do TCU apontou quatro irregularidades: início da obra sem o projeto básico, da forma como é descrito e exigido pela Lei das Licitações; superfaturamento do contrato em R\$ 6,4 milhões; planilha de preços elaborada pelo DNER para compor o edital da nova licitação com preços unitários acima dos de mercado e utilização irregular dos recursos repassados entre agosto e outubro de 2000, sem observação do plano de trabalho.

Com base nessas conclusões, Afrânio vai solicitar à CPI dos Contratos que o TCU seja convidado para comparecer na AL. Representantes da ARG deverão ser convocados pelos parlamentares com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o superfaturamento da obra.

“A partir de agora vamos aprofundar as investigações sobre todas as obras que estão sendo feitas na BR-282, com exclusividade pela ARG. Há fortes indícios de irregularidades em todas elas”.

Depoimento

O diretor-geral do DER, Edgar Roman, depôs nessa semana na CPI dos Contratos, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB).

Quando ao reposicionamento dos pardais, frisou que o DER não descumpriu a lei em nenhum momento. “Temos hoje 26 radares e 58 lombadas eletrônicas instaladas nas rodovias catarinenses. Em ambos os casos existem placas avisando o motorista que existem controladores de velocidade e nenhum deles foi deslocado do primeiro local de instalação”.

Sobre as possíveis irregularidades nos contratos, Roman esclareceu que o governo paga apenas pela locação de serviços no caso dos radares eletrônicos, cerca de R\$ 7.800 por dia. Já as lombadas eletrônicas são de propriedade do Estado que só paga pela manutenção e operação, em média R\$ 3.500 cada uma por mês.

Esclareceu que do montante das multas, 5% é repassado para o governo federal, através da Ciasc, 8% vai para o Detran, órgão que faz a cobrança das multas, 35% para os Correios e Besc, que recebem os pagamentos, e o restante para o Estado, que é obrigado a



Edgar Roman e deputados

reverter o dinheiro em obras para a melhoria das rodovias, equipamentos de sinalização, etc.

Segundo o diretor, o contrato com a empresa prestadora de serviços dos radares termina em meados de 2003 e, até que haja uma definição da nova lei, o órgão irá esperar para que novas licitações sejam abertas.

Prorrogação

Com prazo de encerramento previsto para essa semana, a CPI dos Contratos terá sua prorrogação votada em plenário na próxima terça-feira. O presidente Blasi entrou com requerimento solicitando a dilatação do prazo de funcionamento em 60 dias. A CPI foi criada em 30 de novembro do ano passado.

(foto Solon Soares)

CPE para o Programa BID IV

A constituição de Comissão Parlamentar Externa, composta de cinco membros, para fazer o acompanhamento das obras enquadradas no Programa BID IV, foi requerida pelo deputado Ivan Ranzolin (PPB). “O governo promoveu recentemente processo licitatório para construção de diversos segmentos rodoviários em municípios de diferentes regiões do Estado, obras que serão realizadas através de recursos financeiros oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a devida contrapartida do Estado. Entendo que o Poder Legislativo deve instituir a comissão, pois já é tradição acompanhar a construção de rodovias. Um exemplo é a construção da BR-282, que vem sendo acompanhada desde 1979”.

COMISSÕES

TJ esclarece projeto sobre vinculação de municípios a comarcas

(foto Solon Soares)

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Amaral e Silva, compareceu nessa terça-feira (30), na Comissão de Justiça, para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei Complementar 009/02, de origem do Poder Judiciário, que dá nova vinculação de municípios a comarcas. Pela proposição o município de Abdon Batista integrará a comarca de Anita Garibaldi e Erval Velho a já criada, mas não instalada, comarca de Herval do Oeste. A medida foi encaminhada à Assembléia com a anuência dos prefeitos, vereadores, lideranças empresariais e populares dos municípios envolvidos que enviaram abaixo assinado ao TJ.

Amaral e Silva declarou que a instalação de novas comarcas e varas, aprovadas no ano passado pelo Legislativo, depende de recursos não disponíveis no orçamento do Judiciário. Ele informa que para

isso seriam necessários em torno de R\$ 2 milhões/mês. "A Justiça encontra-se em uma situação crítica e por isso precisamos encontrar uma solução de emergência. O aumento do repasse constitucional de 6% para 7% e a aprovação de um projeto de lei a ser encaminhado, criando os cargos de assessor do juiz e de um juiz substituto para cada vara, aliados com a informatização do Poder, seriam soluções". Concordou ainda com solicitação dos parlamentares para a priorizar a instalação das comarcas, antes das varas.



Ranzolin, Caramori e Amaral e Silva

Visita técnica ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

acompanhado de representantes da Polícia Ambiental, do Ministério Público, da Fatma, da associação de moradores, da prefeitura e da Câmara de Vereadores de Palhoça, o deputado João Rosa (PTB), presidente da Comissão de Turismo e Economia, fez nessa quinta-feira (2) uma visita técnica a várias localidades na área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. A visita fez parte de vários compromissos assumidos durante a audiência pública realizada na Assembléia no último dia 22, com a participação do Ministério Público e de lideranças comunitárias, quando foram discutidos os problemas de ocupação irregular na Praia do Sonho, Pinheira, Guarda do Embaú, Maciambu e Morretes, áreas de preservação permanente, de marinha e de proteção especial.

Há mais de um mês a Fatma não autoriza qualquer tipo de construção de imó-

veis nesses locais, nem mesmo ligações de água e de luz. Para Rosa, é preciso encontrar uma solução para o problema, que depende de ação política. "Possivelmente será necessário a alteração de leis", disse o parlamentar, que recebeu dos moradores dessas localidades pedido de providências para o impasse. "Quem está com sua construção em andamento sente-se prejudicado em relação às pessoas que tem seu imóvel já concluído no mesmo local". Ele informou que na próxima reunião da Comissão de Turismo e Economia o assunto voltará à discussão. "Vamos chamar todos os setores envolvidos nessa questão para chegarmos ao meio termo, que não afronte a legislação ambiental, mas que atenda a questão social daquelas pessoas que compraram seus terrenos sem saber das irregularidades".

"A promotoria não quer despejar ninguém. Queremos promover o debate para que, juntos, possamos encontrar uma solução".

Promotor de Justiça José Eduardo Cardoso, designado curador do Parque pelo MP.

sumo voltará à discussão. "Vamos chamar todos os setores envolvidos nessa questão para chegarmos ao meio termo, que não afronte a legislação ambiental, mas que atenda a questão social daquelas pessoas que compraram seus terrenos sem saber das irregularidades".

SC Portos e Estatuto da Cidade

A Comissão de Transportes, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), realiza nesta quarta-feira (8), às 14h, a segunda audiência para debater o projeto que autoriza a constituição da empresa de economia mista SC Portos. O pedido foi feito pelos representantes dos seis sindicatos de trabalhadores avulsos da área portuária de São Francisco do Sul.

Reunidos com Duarte, os trabalhadores reafirmaram posição contrária à criação da empresa e defendem a formação de um grupo de estudos para analisar o projeto.

Na quinta-feira (9), às 14h, acontece no Plenário um debate sobre o Estatuto da Cidade, com a presença de deputados, prefeitos, vereadores e a OAB. O evento está sendo organizado em conjunto com o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

Segundo Duarte, o estatuto permite que a sociedade organizada participe das decisões que envolvem o planejamento urbano de uma cidade. O parlamentar explica que a comunidade pode definir o progresso em harmonia com a qualidade ambiental e justiça social. A medida vale para os municípios com mais de 20 mil habitantes.

PLENÁRIO

Dia do Aposentado

Enaltecer e valorizar o trabalho realizado pelos catarinenses, que por anos se dedicaram a favor do desenvolvimento do Estado. Este é o objetivo do projeto de lei que tramita na Casa, apresentado pelo presidente, deputado Onofre Agostini (PFL).

O projeto institui o dia 14 de outubro como o *Dia Catarinense do Aposentado* e deverá constar do calendário oficial do Estado. Trata da elaboração de atividades de cunho social, cultural e de lazer nos locais onde houver a prestação de serviços.

De acordo com Onofre, "este ano, a Associação Catarinense de professores comemora 50 anos de fundação. Entidade que conta com grande maioria de professores aposentados no seu quadro associativo. Engajados nessa mobilização,



onofre@alesc.sc.gov.br

levantamos a bandeira dos professores aposentados, uma vez que é justa e meritória a homenagem pela dedicação contínua prestada ao povo catarinense".

Correios de Tijucas

Medidas para solucionar os problemas operacionais na agência dos Correios de Tijucas foram solicitadas pelo deputado Julio Garcia (PFL) ao diretor regional da ECT/SC. Segundo o parlamentar, "o atendimento está fora dos padrões habituais da ECT, pois naquela agência faltam funcionários para o atendimento burocrático e carteiros para a entrega das correspondências".

Recompensa pela captura de pessoas com mandado de prisão

Qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive instituições financeiras ou a própria vítima, poderá oferecer recompensas financeiras para a prisão de pessoas que tenham mandado de prisão expedido pela Justiça. A proposta é do deputado Jorginho Mello (PSDB) que elaborou projeto de lei criando o *Programa Estadual de Recompensa pela Captura de Pessoas com Mandado de Prisão Expedido*.

De acordo com o projeto, o valor ofertado como recompensa deverá ser depositado no *Fundo para a Melhoria da Segurança*, sob controle da Secretaria de Segurança Pública. Poderá receber a recompensa qualquer cidadão

que forneça informações precisas às autoridades competentes, possibilitando a captura do foragido. A Secretaria divulgará mensalmente uma lista com os nomes dos que têm mandado de prisão expedido. Dez por cento do valor obtido para o pagamento da recompensa será destinado ao *Fundo para a Melhoria da Segurança*.

Para o parlamentar a sociedade catarinense será a grande beneficiada com essa proposta. "O Estado e o país vivem momentos de grande preocupação com os problemas da violência e necessitam de providências do poder público com a colaboração de toda a comunidade organizada".

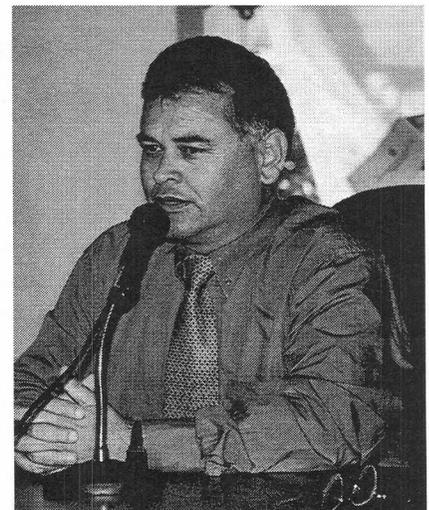
Cobrança de água consumida

O deputado Ronaldo Benedet (PMDB) apresentou projeto de lei que obriga as empresas distribuidoras de água e saneamento a instalar aparelhos que retirem das tubulações domésticas o ar que acaba "lido" pelos hidrômetros como se fosse água consumida pelos moradores.

De acordo com Benedet, o eliminador de ar existe e já está aferido e aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro). "Além de pagar pela água que chega a sua residência, o consumidor paga também pelo ar presente nas tubulações, o que provoca uma elevação de até 35% na conta mensal".

Destinação de pneus descartáveis

Projeto de lei que dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de pneus descartáveis foi apresentado pelo deputado João Rosa (PTB). A matéria tem como principal objetivo o controle do mosquito *aedes aegypti*, transmissor da dengue, que se prolifera em água parada, acumulada em pneus velhos. Prevê que os pneus, após o esgotamento de suas finalidades, deverão ser entregues pelos usuários aos estabelecimentos que os comercializam para repasse aos fabrican-



joaorosa@alesc.sc.gov.br

tes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

Determina que os pneus não poderão ser depositados em aterros sanitários destinados a resíduos domiciliares. O projeto prevê que o Poder Executivo poderá autorizar entidades para fazer o serviço. Por outro lado, determina que os estabelecimentos que comercializam pneus, a rede de fabricantes e importadores fiquem obrigados a aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares às aquelas comercializadas.

Estacionamentos de hospitais

Todos os hospitais, pronto-socorros, clínicas e laboratórios conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS) em Santa Catarina não poderão cobrar dos usuários pelo estacionamento nesses locais, mesmo que os serviços sejam terceirizados. É o que determina o Projeto de Lei nº 126/02, do deputado Nilson

Gonçalves (PSDB).

Segundo o parlamentar, a cobrança não se justifica porque trata-se de assistência oficial pública. "Os estabelecimentos credenciados recebem pela prestação dos serviços oferecidos, devendo facilitar o acesso da população a esses benefícios, principalmente as pessoas de menor poder aquisitivo".

Vagas na Udesc para policiais

Está tramitando na Assembléia projeto de lei de autoria do deputado Gelson Sorgato (PMDB) que dispõe sobre reserva de vagas na Udesc para policiais integrantes dos quadros funcionais das Polícias Militar e Civil do Estado. De acordo com a proposta a Udesc reservará 3% das vagas dos seus cursos de graduação para servidores policiais civis e militares que não possuam graduação de nível superior. O critério de seleção para preenchimento das vagas será adotado pela Udesc, conforme regulamentação, sendo obrigatória a realização de processo seletivo. Para os que conquistarem as vagas, serão instituídos critérios administrativos que permitam a frequência e a realização do curso.

Abuso de concessionárias

Tramita na casa proposta do deputado Jaime Duarte (PPS) proibindo as empresas que prestam serviços públicos de incluir devedores em cadastros de inadimplentes ou *listas negras*.

A proposição de Duarte prevê a proibição automática das empresas que inscreverem os devedores em listas de inadimplentes de firmar contrato com órgãos públicos. As empresas que prestam serviço

sob regime de concessão pública ficarão impedidas de receber benefícios ou isenções de caráter tributário, caso o projeto seja aprovado na Assembléia e sancionado pelo Executivo.

Segundo Duarte, as estatísticas apresentadas pelos órgãos de defesa do consumidor apontam as empresas que prestam serviços anteriormente oferecidos pelo Estado como líderes do ranking das reclamações.

Campanha contra a violência nas escolas

Onça de violência nas cidades levou o deputado Rogério Mendonça (PMDB) a propor, num projeto de lei, uma campanha estadual permanente contra a violência em instituições de ensino vinculadas ao Estado.

A campanha incluirá a elaboração de um calendário anual de eventos com palestras, seminá-

rios e publicações de obras informativas. O Executivo será o responsável pelo conteúdo da campanha e providenciará apoio técnico para execução.

O projeto também inclui a realização de um fórum anual das instituições em parceria com conselhos tutelares, associação de pais, OAB, MP, entre outros.

Proposições

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao diretor regional da ECT/SC solicitando que seja mantido o serviço de triagem de correspondências e o aumento do número de carteiros dos correios de Navegantes.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao diretor geral da Fesporte indagando quantos eventos a federação realizou ou patrocinou de 1999 até a presente data.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador solicitando a liberação de recursos para a Escola Básica Cecília Ax, de Presidente Getúlio, através da Associação de Pais e Professores.

Deputado Afrânio Boppé (PT) ao comandante da PM solicitando a reabertura do posto policial da praça central do Kobrasol, em São José.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao secretário dos Transportes solicitando a estadualização das estradas municipais 050,270 e 380, que liga a sede de Bom Jardim da Serra até a divisa com o Rio Grande do Sul.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governador solicitando a revogação da Resolução nº 030/2002, da Codesc, que libera a operação de equipamentos eletrônicos de sorteio de resultado instantâneo.

Deputado Manoel Mota (PMDB) ao governador e ao ministro dos Transportes solicitando a recuperação e pavimentação da rodovia BR-285, trecho BR-101 até a divisa com o Rio Grande do Sul, via Serra da Rocinha, em Timbé do Sul.

Deputado Clésio Salvaro (PFL) ao governador e ao secretário dos Transportes solicitando autorização para que a administração de São Ludgero realize obras na SC-438, trecho entre o município e as divisas com Orleans e Braço do Norte.

Deputado João Rosa (PTB) ao arcebispo metropolitano de Florianópolis, Dom Murilo Krieger, cumprimentando pela posse ocorrida no último sábado, dia 27.

Deputado João Henrique Blasi (PMDB) ao governador solicitando informações sobre as providências adotadas para assegurar os direitos do Estado sobre os royalties provenientes da produção petrolífera dos campos de Coral e Estrela do Mar, no litoral centro-norte.

Deputado Julio Garcia (PFL) ao diretor do DNIT e ao chefe do DNER/SC solicitando a construção de um viaduto no km 204,4, da BR-101, entre os bairros Kobrasol e Roçado, em São José.

Deputado Manoel Mota (PMDB) à ministra da Integração Nacional e ao governador solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção da Barragem do rio do Salto, em Timbé do Sul e Turvo.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governo requerendo a elaboração de projeto de engenharia e pavimentação do trecho de rodovia que liga Imbuia e Leoberto Leal.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Rio Negrinho e Ibicaré cumprimentando-os pela comemoração de emancipação político-administrativa.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao ministro da Agricultura solicitando a extensão da gratificação Gdati aos técnicos de laboratório, auxiliares operacionais, agropecuários e de laboratórios.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao secretário dos Transportes sugeriu a construção de uma ponte de alvenaria sobre o rio das Contas, entre as localidades de São Bento, em Bom Jardim da Serra, e Barroca, em São José dos Ausentes (RS).

Deputado Adelor Vieira (PMDB) às autoridades e à população de Rio do Sul parabenizando-os pela passagem dos 71 anos de emancipação político-administrativa do município.

GERAL

Lei Florestal aguarda regulamentação

(foto Carlos Kilian)

Ambientalistas e empresários do setor madeireiro obtiveram o compromisso de que será solicitada urgência ao governador na regulamentação da Lei nº 10472/97, que dispõe sobre a política florestal de Santa Catarina, em análise na Procuradoria Geral do Estado. Enquanto não houver a regulamentação, fica valendo a legislação federal. Por efeito da Resolução 278/01, do Conama, e do ingresso em juízo de ação civil pública, pelo Instituto Sócio-Ambiental (ISA), no Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, estão suspensas as autorizações para corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção na Mata Atlântica. O Estado, através da Fatma, já



Jorginho Mello e deputados federais de SC

entrou com recurso junto ao TRT, informou o deputado João Macagnan (PFL). Em Santa Catarina, a exploração da madeira se dava através do manejo susten-

tável, de acordo com solicitação feita e deferida pelo Ibama.

Na audiência pública realizada nessa segunda-feira (29), a pedido do deputado Jorginho Mello (PSDB), a Associação Catarinense de Processadores de Produtos e Subprodutos Renováveis da Flora (Acaper) solicitou que seja criado um fórum de acompanhamento permanente, com a participação proporcional das entidades representativas, para discussão da política florestal no Estado, a implantação do zoneamento ecológico econômico e o monitoramento da ação ajuizada pelo ISA. Segundo o engenheiro florestal, Rolf Gieseler, presidente da Acaper, a ação está impedindo o trabalho do setor madeireiro.

Audiência discute rodovias de Timbó e Indaial

No próximo dia 9, os municípios de Timbó e Indaial receberão a visita do governador Esperidião Amin, acompanhado do deputado Gilmar Knaesel (PPB), representante da região na Assembleia, para discutir as melhorias necessárias em duas das mais importantes rodovias destas cidades.

Em Timbó, estará em pauta a pavimentação da rua Fritz Lorentz, questão de grande necessidade para as comunidades que transitam diariamente pela rodovia e que há muito é tema de debate. A audiência acontecerá no Restaurante da Thapyoka, na Praça da Figueira, às 16h30min.

Já em Indaial, o assunto será a tão requisitada duplicação da BR-470. No ano passado, Gilmar conseguiu junto ao governo do Estado a garantia de que a obra seria realizada. A previsão de início dos trabalhos foi feita para o mês de abril. A reunião acontecerá às 14h em local a ser definido.

Para Knaesel é uma excelente oportunidade de lideranças locais e das comunidades envolvidas de cobrar estas obras. "Os trabalhos precisam começar logo, pois são essenciais para a segurança da população".

Corupá no Projeto Retratos de Santa Catarina

Conhecida como a Capital Catarinense da Banana, Corupá, localizada na região norte, na Serra do Mar, com população de 11.081 habitantes, estará nesta terça-feira (7), às 19 horas, no Hall da Assembleia, expondo as potencialidades econômicas, turísticas e culturais no *Projeto Retratos de Santa Catarina*. Fundada em 7 de julho de 1897, tem nos poloneses, italianos e alemães a maior ascendência em sua população.

Também é chamada a *Terra das Cachoeiras* pelas 14 belas quedas d'água localizadas no Parque Ecológico Emílio Battistella, sendo a última uma queda livre com 125 metros. Destaque para o Seminário Sagrado Coração de Jesus, o Morro do Boi, a Gruta dos Corrêas e a Prainha da Oma. Na indústria destaque para os ramos moveleiro, metalúrgico e madeireiro. A cultura local é preservada por meio de acervo fotográfico, resgatado por ocasião do centenário do município e por vários grupos folclóricos.

Agenda

Dia 6, às 14 horas – Audiência pública solicitada pelo deputado Jorginho Mello (PSDB) para discutir e buscar soluções para o problema de poluição das praias catarinenses

Local: Plenário

Dia 7, às 17 horas – Reunião da CPI do Roubo de Cargas e Desmonte de Veículos com o depoimento do comandante-geral da Polícia Militar

Local: Sala das Comissões

Dia 7, às 19 horas – Retratos de Santa Catarina – Corupá

Local: Hall da Alesec

Dia 8, às 14 horas – Audiência na Comissão de Transportes para debater o projeto que autoriza a constituição da empresa de economia mista *SC Portos*

Local: Sala das Comissões

Dia 9, às 14 horas – Audiência na Comissão de Transportes sobre o *Estatuto da Cidade*

Local: Plenário

Dia 9, das 14 às 21 horas – Fórum Catarinense sobre o Estatuto da Cidade

Local: Plenário